


**MARCADORES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA, DEFICIÊNCIA E
VELHICE SOB A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL E INTERDISCIPLINAR**

***SOCIAL MARKERS OF CLASS, GENDER, RACE, DISABILITY, AND OLD AGE
FROM AN INTERSECTIONAL AND INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE***

Recebido em: 06/02/2026

Aceito em: 23/03/2026

Publicado em: 02/04/2026

Ivan Ricardo de Melo¹ 

Universidade Estadual do Paraná

Maria Inez Barboza Marques² 

Universidade Estadual do Paraná

Isabela Candeloro Campoi³ 

Universidade Estadual do Paraná

Thaís Gaspar Mendes da Silva⁴ 

Universidade Estadual do Paraná

Fred Maciel⁵ 

Universidade Estadual do Paraná

Resumo: Este artigo tem como base uma pesquisa básica, financiada pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná e está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar/Campo Mourão. A pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo geral identificar os marcadores sociais de classe, gênero, raça, deficiência e velhice, presentes nas dissertações produzidas, desde a primeira turma formada pelo programa no ano de 2016. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresenta reflexões relacionadas a tais marcadores, destacando suas intersecções e implicações na constituição das desigualdades sociais, econômica, cultural, política, territorial, entre outras. Fundamentado em uma abordagem crítica, interdisciplinar e interseccional, discute como esses marcadores contribuem para a hierarquização dos indivíduos e grupos, moldando suas experiências diárias, que podem ser de privilégios ou de vulnerabilidades. São considerados ainda os mecanismos sociais e institucionais que perpetuam as desigualdades.

Palavras-chave: Marcadores Sociais; Interseccionalidade; Diversidade Humana; Interdisciplinaridade.

¹ Assistente social, mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR. Integrante dos grupos de pesquisa - GPED/UNESPAR CNPq, e GTPP/UNESPAR CNPq. Pesquisador, bolsista técnico II, com uma pesquisa básica e aplicada, financiada pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de Campo Mourão-PR. E-mail: irmelo1978@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP (2015). Docente Associada no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, na graduação em Serviço Social e no Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). E-mail: maria.marques@unespar.edu.br

³ Professora associada do curso de História na Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí, é vice-líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas e atua como coordenadora do Núcleo de Educação para as relações de gênero e sexualidade (NERG) na mesma instituição. E-mail: isabela.campoi@unespar.edu.br.

⁴ Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (2020), professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí, e atualmente, exerce o cargo de Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Unespar. E-mail: thais.silva@unespar.edu.br

⁵ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp/campus Franca - 2018). Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: fred.maciell@ies.unespar.edu.br



Abstract: This article is based on basic research, funded by the Araucária Foundation for Support of Scientific and Technological Development of the State of Paraná, and is being developed within the scope of the Interdisciplinary Postgraduate Program in Society and Development (PPGSeD) at Unespar/Campo Mourão. The research aims to identify the social markers of class, gender, race, disability, and old age present in the dissertations produced since the first graduating class of the program in 2016. Through bibliographic research, it presents reflections related to these markers, highlighting their intersections and implications in the constitution of social, economic, cultural, political, territorial, and other inequalities. Based on a critical, interdisciplinary, and intersectional approach, it discusses how these markers contribute to the hierarchization of individuals and groups, shaping their daily experiences, which can be of privilege or vulnerability. The social and institutional mechanisms that perpetuate inequalities are also considered.

Keywords: Social Markers; Intersectionality; Human Diversity; Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

A análise dos marcadores sociais sob uma perspectiva interdisciplinar e interseccional evidencia que as experiências de desigualdades não podem ser compreendidas de forma homogênea, pois são influenciadas pela combinação de múltiplas variáveis como raça, gênero, classe social. Tais variáveis podem ser consideradas categorias de análise que interagem de maneira dinâmica, configurando realidades específicas e obstáculos distintos para os sujeitos na sociedade, que é composta por diferenças e semelhanças que definem cada sujeito, únicos(as), de acordo com seu gênero, raça, classe social, etnia, território, idade e possível deficiência.

Nesse cenário, reconhecer os marcadores sociais da diferença que se interseccionam e atravessam os sujeitos, se torna necessário para a possível construção de uma sociedade mais inclusiva e menos desigual.

É necessário considerar que os marcadores de classe, gênero, raça, deficiência e velhice são categorias sociais que influenciam a identidade e a experiência dos indivíduos dentro da sociedade. Cada um desses aspectos desempenha um papel que tem um significado ímpar na forma como as pessoas são percebidas, tratadas e se posicionam na sociedade.

Os marcadores sociais da diferença como gênero, raça, classe social, etnia, território, entre outros elementos, compõem as experiências de cada indivíduo e revela a diversidade humana. A interseccionalidade, um conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, destaca a interação complexa e interdependente dessas diferentes formas de discriminação e desvantagens.

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela [Interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).



A categoria interseccionalidade surgiu em 1989, quando a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw a nomeou, e ainda é considerada historicamente recente no campo das pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas. O conceito nasce e se desenvolve a partir do movimento feminista negro como uma ferramenta essencial para entender as desigualdades existentes, relacionadas à classe, ao gênero e a raça, mas é possível expandi-lo para compreender a intersecção entre outros marcadores sociais, pois a interseccionalidade é uma lente analítica para compreender como os vários marcadores sociais da diferença (como raça, gênero, classe, sexualidade, etc.) não operam de forma isolada, mas que se cruzam e interagem, criando experiências únicas e complexas de opressões e privilégios (Kyrillos, 2020).

Akotirene (2019), feminista negra brasileira, aponta a interseccionalidade como uma lente analítica que busca visibilizar e legitimar experiências de opressões interligadas pelas identidades produzidas frente a sociedade racista, cisheteropatriarcal, branca, capitalista e de base europeia. Assim, a autora traz a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica de luta política criada pelas feministas negras a partir das experiências de opressão cotidianamente vivenciadas.

Para fundamentar a concepção de interdisciplinaridade, Bicudo reitera que se trata do estabelecimento de “relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento; que é comum a duas ou mais disciplinas” (Bicudo, 2008, p. 144). Além disso, ela pode “ir da simples comunicação de ideias até a integração mútua dos conceitos diretos, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino a elas relacionados” (Alvarenga, 2011, p. 50), a fim de que haja a possibilidade de realizar análises mais detalhadas e que considerem as diferentes correntes do pensamento e vertentes que tratam da complexidade dos fenômenos. Bicudo (2008) evidencia essa percepção, ao argumentar que:

O mundo atual mostra-se complexo e sua complexidade solicita, a cada passo, recursos e procedimentos que ultrapassem os limites da ciência disciplinar descontextualizada da realidade histórico/política/econômica. Isso não significa que o conteúdo disciplinar e os procedimentos que ao longo da história tenham se revelado bem-sucedidos devam ser ignorados. O que se busca é uma postura diferente daquela inerente à ciência concebida como disciplinar (Bicudo, 2008, p. 144).

Najmanovitch, em sua obra *Mirar con nuevos ojos* (2008), expõe que a interdisciplinaridade é uma necessidade no meio científico, dadas as questões da contemporaneidade, que expressa contradições, o que demanda diálogos entre as disciplinas:

[...] estas nuevas formas de abordaje, que en muchos casos implican una necesidad de establecer un diálogo interdisciplinario más o menos sistemático, se relacionan



directamente con lo que consideramos problemas en la contemporaneidad. Como bien lo planteara Alicia Stolkiner: "La interdisciplina nace, para ser exactos, de la incontrolable indisciplina de los problemas que se nos presentan actualmente. De la dificultad de encasillarlos. Los problemas no se presentan como objetos, sino como demandas complejas y difusas que dan lugar a prácticas sociales inervadas de contradicciones, imbricadas con cuerpos conceptuales diversos" (Najmanovitch, 2008, p. 139).

Do mesmo modo, Morin, em seu livro *A cabeça bem feita* (2003) sustenta a concepção de que a disciplinaridade restringe o modo como um objeto pode ser investigado:

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. Em tal situação, tornam-se invisíveis: – os conjuntos complexos; – as interações e retroações entre partes e todo; – as entidades multidimensionais; – os problemas essenciais. De fato, a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui) (Morin, 2003, p. 13).

Morin argumenta que há a “necessidade de um pensamento que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes” (Morin, 2003, p. 88). Complementando sobre o pensamento que distingue: “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une” (Morin 2003. p. 89). É sobre substituir um pensamento divisor e redutor pelo pensamento complexo. Por intermédio do pensamento complexo, o autor busca restituir um conhecimento adormecido, reagrupando a unidade e a diversidade. O pensamento complexo rompe com a fragmentação e a simplificação do conhecimento, articulando a religação, a contextualização e a globalização dos saberes. Entende-se que a interdisciplinaridade e o pensamento complexo se relacionam na forma de enfrentamento e superação de paradigmas de uma ciência do conhecimento fragmentado. Procura-se criar relações entre as disciplinas na busca de um todo, contribuindo para o avanço da ciência.

Ao abordar a complexidade dos fenômenos, Morin a descreve como um "tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados" (Morin, 2005, p. 13) que expressa a desordem e a incerteza, sob o objetivo de ligar o que foi separado e fragmentado pelo pensamento tradicional, concebendo os fenômenos, as ações e interações interconectadas, em que o todo expressa mais que a soma das partes e a parte é constitutiva do todo. Isso coloca em xeque a fragmentação dos saberes, ao propor uma visão multidimensional da realidade.

Por esse ângulo, adotar a interdisciplinaridade como caminho metodológico torna-se imprescindível, pois analisar marcadores sociais de classe, gênero, raça, deficiência e velhice



exige um olhar amplo, que dê conta da apreensão da diversidade humana em sua singularidade, a partir das experiências na totalidade das relações humanas e suas complexidades.

MARCADORES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA, DEFICIÊNCIA E VELHICE

Os marcadores não são apenas indicadores de identidade pessoal, mas também moldam dinâmicas de poder, acesso e desigualdades. Assim, em um cenário onde as questões de classe, gênero, raça, deficiência e velhice influenciam diretamente o acesso a recursos e à própria produção do conhecimento, é imperativo que a academia promova reflexões críticas sobre esses temas e busque propor novas formas de interação na sociedade, que é marcada pelas desigualdades causadas pelo sistema capitalista que é também normativo e heteronormativo.

Para Miranda (2024), os marcadores sociais referem-se às características diversas que configuram a identidade de cada indivíduo, como gênero, região, religião, cor de pele, etnia, entre outros. Essas características geram classificações e hierarquizações que reproduzem desigualdades ao serem naturalizadas e não analisadas de forma aprofundada, dificultando uma compreensão das diferentes realidades sociais.

A autora complementa afirmando que os marcadores sociais não atuam isoladamente, mas de forma interseccional. Várias características interagem para determinar a posição social, as oportunidades e as possibilidades de vida dos indivíduos na sociedade.

Nascemos, vivemos e crescemos em um país marcado por diversidade de culturas, religiões e diferentes maneiras de ser no mundo. Porém, muitas vezes, essas características são vistas como uma forma de classificação e hierarquização de pessoas, e quando não encaradas como diferenças que tornam qualquer ambiente mais rico e plural, acabam por colaborar na reprodução de desigualdades (Miranda, 2024, n.p).

Entre todos os marcadores sociais que compõem a experiência de desigualdade, a classificação socioeconômica ocupa um papel central na configuração das oportunidades e vulnerabilidades na vida dos sujeitos. A posição na hierarquia de classe social, influenciada por fatores históricos, econômicos e estruturais, impacta significativamente o acesso a recursos, bens, direitos e restrições. Desta forma, compreender a dimensão de classe social, em sua interseccionalidade com raça, gênero e outras identidades, é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que sejam capazes de promover a justiça social de forma inclusiva e equitativa.

Classe social é um marcador que se refere à posição de um indivíduo ou grupo dentro da hierarquia social e econômica. Esse marcador é frequentemente determinado por fatores como renda, educação, ocupação, entre outros. A classe social pode influenciar as oportunidades de uma pessoa, o acesso a recursos e à qualidade de vida. As diferenças de classe social frequentemente resultam em desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais.

No entanto, ao analisar, por exemplo, classe social e gênero, constata-se que estas são categorias constitutivamente articuladas e se interseccionam mutuamente. Lopes e Higa (2024) descrevem um determinado fenômeno social como relevante, pois, ao abordar especificamente as relações de gênero, por exemplo, seria como dizer que uma determinada pessoa tem apenas esta intersecção, sem levar em consideração a classe social nas experiências vivenciadas e nas singularidades que atravessam cada ser humano em seu processo histórico, que é único, embora vivido em uma sociedade considerada diversa.

A narrativa leva a refletir sobre como os marcadores sociais de raça, gênero, classe e deficiência não estão isolados na vida das pessoas, mas se entrelaçam, formando experiências complexas e muitas vezes carregadas de preconceitos e injustiças: “em nossas experiências vividas, somos simultaneamente pessoas com gênero, raça e classe” (Lopes; Higa, 2024, p. 2).

O marcador gênero refere-se às expectativas e normas sociais relacionadas ao papel de um indivíduo na sociedade com base em sua identidade sexual. Esse marcador vai além do sexo biológico e envolve as experiências subjetivas e sociais de ser homem, mulher ou outra identidade de gênero, como as pessoas não-binárias. As construções sociais de gênero impõem regras e padrões de comportamento, e frequentemente criam desigualdades de poder e oportunidades. As questões de gênero podem afetar a escolha de carreiras, a percepção de autoridade e o tratamento social com as mulheres e as pessoas não-binárias que recorrentemente sofrem discriminação.

Alves (2018) explica que gênero trata das relações de poder na sociedade, relações essas atribuídas a posições assimétricas ao masculino e ao feminino.

O corpo marcado por gênero, sexualidade e raça aparece como um distintivo fundamental para a constituição das situações de opressão. Obedecendo a um enfoque que preza pela situacionalidade do conhecimento, a perspectiva interseccional nos ajuda a compreender os sentidos da opressão em contextos delimitados, reservando um lugar essencial à raça e etnia por serem marcadores fundamentais na construção da chamada modernidade colonial (Alves, 2018, p. 280).

Desta forma, o gênero atua como um vetor que, ao se cruzar com a raça, potencializa a desvantagem e a marginalização, gerando experiências de opressão ainda mais severas para corpos que carregam múltiplos marcadores sociais da diferença.

Raça é um marcador baseado em características físicas e biológicas, como cor de pele e traços faciais, mas também está profundamente enraizado em construções sociais e históricas. A raça muitas vezes está associada a estereótipos, discriminação e desigualdade social. A história de colonização e escravidão deixou legados de racismo sistêmico, nos quais pessoas de determinadas raças, especialmente as negras, indígenas e outros grupos minorizados, têm menos acesso a direitos, educação e oportunidades econômicas. A luta contra o racismo envolve o reconhecimento dessas desigualdades e o questionamento das normas e estruturas que perpetuam a discriminação racial.

Schucman e Gonçalves (2020) apresentam a raça como um conceito fictício, que serve como dispositivo para estruturar e justificar a discriminação sistemática e a diferenciação de valor entre as pessoas, conferindo privilégios e desvantagens a grupos específicos com base em sua aparência. Desta forma, as autoras complementam que ao branco ficou os traços positivos da beleza, civilidade e moralidade, e ao negro a feiura, incivilidade, imoralidade e negatividade.

A ideia de raça e o racismo estão presentes e difundidos nas mais diversas experiências da vida na sociedade brasileira, logo:

[...] ser negro ou ser branco refere-se a construções sociais em torno da ideia de raça construída no século XIX, legada e reiterada nos dias atuais. Para brancos, um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial; para negros, um lugar social construído a partir do racismo estrutural por uma desvantagem no que concerne aos acessos aos bens simbólicos e materiais de nossa sociedade (Schucman; Gonçalves, 2020, n.p).

Desta forma, ser negro ou branco é mais do que uma descrição biológica, é uma posição social que determina, respectivamente, o acesso a privilégios ou a experiências de subalternização dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo.

Deficiência é um marcador que descreve a experiência de pessoas que enfrentam limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou mentais. A deficiência não é apenas uma condição médica, mas também uma construção social que implica em como a sociedade vê e trata os indivíduos com essas características. Em muitos contextos, pessoas com deficiência enfrentam barreiras de acessibilidade e inclusão, sendo muitas vezes marginalizadas ou excluídas de atividades e oportunidades. A luta por inclusão social envolve a adaptação de ambientes e atitudes para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, respeitando suas diferentes habilidades e necessidades.

A diversidade humana, podendo citar a multiplicidade humana mencionada por Silva (2006), é marcada por diferenças físicas, sociais, étnicas, econômicas, culturais, religiosas e

outras. É importante incorporar os indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões de normalidade física ou mental, pessoa com deficiência (PcD) por causas acidentais ou congênitas, haja visto que o meio determina o efeito da deficiência ou de uma capacidade sobre a vida cotidiana das pessoas. Ao serem vistas como incapazes, são negadas a elas oportunidades necessárias aos aspectos fundamentais da vida, tais como trabalho, educação, habitação, lazer e outros direitos. Nesse sentido:

[...] a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva, ela está inscrita nas relações e interações que determinam seu entendimento na sociedade. É, portanto, uma diferença que emerge no processo de produção da existência dos povos, em locais e momentos históricos distintos, assim como são, nesse sentido, as diferenças étnicas, os códigos lingüísticos ou as crenças religiosas. A condição de deficiência evidencia uma situação de desvantagem só compreensível numa situação relacional ou em consideração a um outro: desvantagens, incapacidades ou deficiências são consideradas sempre na relação do indivíduo portador de tais características com os seus pares de convivência (Silva, 2006, p. 121).

Para a autora, a expressão deficiência por si só já se opõe à eficiência, e critica a ideia de que a sociedade moderna possa ser neutra e eficiente. Ela argumenta que, ao excluir ou marginalizar corpos que não se encaixam no padrão imposto pela sociedade, o sistema capitalista, racional e técnico se revela, na verdade, como uma estrutura irracional que usa a lógica e a eficiência como desculpa para manter o poder nas mãos de grupos dominantes e oprimir os grupos minorizados.

Para Diniz (2007), a deficiência como forma de opressão se pauta na ênfase da origem da deficiência, no reconhecimento das desvantagens sociais, econômicas, ambientais e psicológicas, no reconhecimento da origem social da deficiência e das desvantagens sofridas, que são produtos históricos e não resultantes da natureza, do reconhecimento da humanidade e da adoção de uma perspectiva política capaz de garantir direito às PcD e condições no enfrentamento do capacitismo, que é o preconceito com as pessoas com deficiência, uma forma de discriminação que valoriza corpos e mentes ditos como normais e desqualifica aqueles que fogem deste padrão, marginalizando PcD ao tratá-las como inferiores, inaptas.

Lopes e Higa (2024) apresentam uma narrativa que leva a refletir sobre como os marcadores sociais de raça, gênero, classe social e deficiência não estão isolados na vida das pessoas, mas se entrelaçam, formando experiências complexas e muitas vezes carregadas de preconceitos e injustiças. Para o autor e a autora, as experiências no decorrer da vida colocam simultaneamente os indivíduos como pessoas com gênero, raça e classe, e que, historicamente, esses marcadores se manifestam em narrativas sociais que reforçam estereótipos, preconceitos e desigualdades. Ressaltam que “as pessoas com deficiência têm gênero, raça e classe” e



também religião, idade, localização geopolítica e territorial, sexualidade, nacionalidade, língua, etnia, cultura (Lopes; Higa, 2024, p. 5).

Constatar as articulações constitutivas entre raça, classe, gênero e deficiência permite desnaturalizar e contribuir para desconstruir o ideal da normalidade que circunda essas noções. Significa notar, por exemplo, que as vulnerabilidades não são apenas características que podem marcar trajetórias somente de pessoas com deficiência. Todas as pessoas que viverem por tempo suficiente viverão de alguma forma marcadas pela deficiência congênita ou adquirida ao longo da vida, nelas ou em alguém próximo do seu convívio. As qualidades de nossa vida comum tendem a ser apagadas, alterizadas e subordinadas por meio de complexas e banais articulações entre capacitismo, racismo, misoginia e outras formas de discriminação, exclusão e violência, conforme apontam Lopes e Higa (2024).

Faz-se necessário pensar essas categorias de maneira interligada, não as separando, para compreender as reais vulnerabilidades de grupos raciais, de mulheres, de pessoas com deficiência ou de classe social marginalizada. Essa compreensão é fundamental para que se respeite suas próprias vozes e experiências, reafirmando o princípio de que nada sobre nós deve ser pensado sem nossa própria presença e autonomia.

A narrativa do autor e da autora reforça a importância em se pensar nas categorias que estão em pauta nesse estudo, de maneira interligada, para compreender as reais vulnerabilidades da população minorizada: grupos raciais, mulheres, pessoas com deficiência ou de qualquer outro grupo ou classe social marginalizada.

A partir da compreensão das categorias sociais em pauta, que estão diretamente interligadas, é fundamental considerar, também, o marcador de diferença de idade, especialmente a velhice, no entendimento das desigualdades sociais. O envelhecimento, muitas vezes, acarreta desafios específicos relacionados ao acesso às políticas públicas, respeito e participação social, que se interseccionam com os marcadores anteriormente mencionados. Reconhecer a velhice como um marcador social é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas à promoção de um envelhecimento ativo, haja visto que a discriminação contra os idosos é evidente e marcada pelo descarte e abandono.

O preconceito de idade refere-se ao tratamento às pessoas de forma diferenciada em função da idade, no caso, por serem consideradas velhas para desempenhar determinadas funções ou atividades. Neste contexto, o preconceito de idade atua como um marcador social, uma vez que influencia a forma como as identidades são construídas e percebidas dentro de uma sociedade. A idade torna-se um indicador social que em muitos casos determina o acesso



a determinados recursos, oportunidades e direitos. Desta forma, as pessoas podem ser estigmatizadas, excluídas ou desempoderadas, dependendo da fase da vida em que se encontram, principalmente quando são idosas ou consideradas velhas.

Jeckel-Neto (2001) explica a distinção entre envelhecer e tornar-se velho: "envelhecer", para ele, é um processo natural de passagem de tempo de vida, um fenômeno biológico universal, e "tornar-se velho", para o autor, constitui-se como uma construção social com significados e implicações próprias de cada sujeito. Esse fenômeno está ligado às percepções culturais, sociais e simbólicas atribuídas à idade avançada.

A idade, ou a velhice, é colocada como um marcador social devido a existência de estereótipos, representações e valores que moldam a experiência do envelhecimento na sociedade, influenciando percepções e atitudes relativas aos idosos conforme indica o autor. No Brasil, por exemplo, para designar o processo de envelhecimento, é usado o termo velho, que “traz logo a imagem de algo decrépito, decadente, que perdeu o uso ou a validade, que já está na hora de ser descartado” (Jeckel-Neto, 2001, p. 40).

O autor complementa, comentando que esse sentido soa como algo depreciador para as pessoas, e até mesmo quando se busca a definição de envelhecimento no dicionário, é encontrado o termo tornar-se velho, ou algo semelhante. Em outros países, como Japão e Estados Unidos, a língua tem termos diferentes para definir “velho” e “envelhecimento”.

Para Teixeira (2017), o envelhecimento, do ponto de vista demográfico e individual, é definido pelo número de anos vividos, considerando idosos todos e todas que atingiram idade superior a 60 anos de idade, haja visto que, biologicamente, o envelhecimento é visto como um processo de mudanças universais pautados na diminuição da plasticidade comportamental e no aumento das vulnerabilidades, perdas evolutivas e, conseqüentemente, aumenta significativamente o risco de morte.

Em geral, os marcadores sociais não atuam isoladamente, mas se entrelaçam de maneira complexa, criando experiências únicas para cada pessoa. As interseções entre classe, gênero, raça, deficiência e velhice geram diferentes formas de opressão e privilégios, e entender essas interseções é fundamental para combater as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Fernandes e Lippo (2016) problematizam essa questão quando afirmam as contradições existentes na sociedade:

O desenvolvimento social da sociedade do capital não é compatível com a vida humana, plena de dignidade e de espaço para a diversidade humana. Na estrutura sob a qual temos desenvolvido nossas vidas, muitas têm se perdido em diversas ausências, interdições, barreiras e verdadeiros muros que separam os produtivos dos não

produtivos, os normais, dos “anormais”, os belos “dos feios” (Fernandes; Lippo, 2016, p. 26).

Tendo esse contexto da sociedade do capital, é possível ponderar sobre o perfil de pessoas que precisam ser formadas para se contrapor a essa realidade, que se configura a partir de uma estética castradora, padronizada, submetida à ordem estabelecida. É preciso investir na formação de homens e mulheres que estejam dispostos a decifrar os antagonismos e as contradições que são próprios da sociabilidade capitalista.

Nesta lógica, a autora e o autor complementam que as pessoas vistas como diferentes são considerados como uma forma de vida estranha, que não se enquadram aos moldes pré-definidos pela sociedade, os(as) colocando em lugar de improdutivos, como minorias sociais, o que consequentemente leva a discriminação e exclusão social, e as pessoas naturalizam as barreiras, sem problematizá-las, e consequentemente não percebidas como problema. Essa normalidade e padronização levam ao não reconhecimento das diferenças e singularidades que são peculiares à diversidade e à espécie humana, privando os(as) diferentes aos acessos a esta sociedade.

As inúmeras barreiras sociais que passas as pessoas com deficiência, as mulheres, os negros, a juventude pobre, os indígenas, as pessoas com identidades sexuais diferenciadas da heteronormatividade, entre tantas outras singularidades humanas, são a demonstração mais pontual e visível das interdições criadas nos processos sociais, em função do não reconhecimento das diferenças como parte social. Quando mencionamos as barreiras de acesso, referimo-nos à impossibilidade de fazer parte do mundo do trabalho, da escola, dos espaços públicos e privados, dos lugares de cultura, de lazer, de circulação, do transporte e da comunidade em geral, enfim, de todo e qualquer espaço humano no social (Fernandes; Lippo, 2016, p. 27).

Fernandes e Lippo (2016) enfatizam a necessidade de reconhecer e compreender as engrenagens do sistema social, para que coletivamente se encontre estratégias e ações importantes para enfrentar e superar as barreiras impostas socialmente e, desta forma, a vida se tornar possível para todos(as) e que possam se manifestar plenamente: “E, como desde o tempo de Marx já havia sido dito, é preciso transformar nossa realidade bruta para nela podermos ter, com dignidade humana, uma vida de verdade” (Fernandes; Lippo, 2016, p. 48).

Desta forma, estética padronizada atua como uma das formas de perpetuar a desigualdade social, revelando como as diferenças são construídas e invisibilizadas por meio de discursos culturais uniformizadores. A autora e o autor destacam que as diferenças fazem com que cada indivíduo seja único no mundo, que não há repetição de pessoas, mas, de acordo com a lógica capitalista e o padrão de produtividade, cada sujeito receberá a marca de capaz ou da incapacidade. Esta lógica gera as desigualdades, a injustiça social, a expropriação do trabalho e o abandono dos sujeitos a sua própria sorte, visto que as políticas públicas não se atentam à



diversidade humana e tratam todas as questões de forma homogênea. Isso pois homens e mulheres vivem em um contexto que desumaniza a condição humana.

Por esse ângulo, a análise dos marcadores sociais da diferença evidencia que desigualdades e privilégios são construções sociais sustentadas por dispositivos históricos, culturais e institucionais. A compreensão interdisciplinar e interseccional dessas categorias permite uma abordagem ampla, que permite perceber possíveis alternativas para o enfrentamento das questões levantadas.

Por fim, considera-se que, para avançar nessa direção, é fundamental o fortalecimento de políticas de reparação e de educação antidiscriminatórias e o reconhecimento de que a luta por direitos humanos deve considerar as múltiplas dimensões presentes na experiência social dos sujeitos na sociedade. Ou seja, é necessário respeitar as diferenças presentes na diversidade humana. Envelhecer é um processo natural, porém sua percepção social está carregada de juízos de valor que moldam a experiência do idoso na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar os marcadores sociais de classe, gênero, raça, deficiência e velhice, o presente estudo evidenciou as complexas interações na formação das desigualdades sociais na atualidade. A partir do diálogo com diferentes autores e autoras, foi possível compreender que esses marcadores não operam de forma isolada, mas constituem uma teia de estruturas interdependentes que reforçam processos de exclusão e de marginalização.

Por meio da interseccionalidade, entende-se que as categorias de raça, classe e gênero são construções sociais historicamente fundamentadas na lógica de hierarquização e desigualdade, cuja perpetuação sustenta o racismo estrutural e o sexismo, agravando as condições de vida dos grupos mais vulneráveis, atingindo particularmente as mulheres negras e pessoas que compõem a diversidade sexual (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais).

A discussão sobre deficiência e velhice revela, também, que esses marcadores são frequentemente subestimados ou invisibilizados na formulação de políticas públicas, o que contribui para a perpetuação de desigualdades que cotidianamente atingem pessoas nessas condições, levando-as a vivenciarem dificuldades que as limitam para a vida em sua plenitude.

É necessário reconhecer que a experiência da deficiência não ocorre isoladamente. Ela se cruza com outros marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe social e orientação sexual, intensificando as desigualdades. Por exemplo, uma mulher negra com deficiência enfrenta desafios diferentes de um homem branco com a mesma condição. A



deficiência como marcador social opera dentro de um sistema que diminui as condições de existência e o acesso a direitos (como educação e mercado de trabalho) para esse grupo, enquanto garante privilégios para outros.

A discussão sobre a idade e a velhice como marcadores sociais, vinculada a estereótipos e representações culturais, reforça concepções historicamente carregadas de valores e preconceitos que moldam a experiência dos indivíduos na sociedade. Assim, como a desigualdade de gênero origina o sexismo, o machismo e a misoginia e o racismo estrutural, os estereótipos e preconceitos contra pessoas negras, as percepções negativas acerca da velhice, como a associação do envelhecimento à perda de valor ou utilidade, contribuem para a marginalização social e a desrespeitosa invisibilização das pessoas idosas.

As reflexões apontam para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e interseccional que reconheça as múltiplas dimensões das identidades e expressões da vida, mas, também, das opressões vivenciadas pelos sujeitos em sociedade, possibilitando uma compreensão ampla que contribua para a construção de caminhos que levem à superação das desigualdades sociais, política, econômica, cultural, entre outras. Nesse sentido, é imprescindível o desenvolvimento de estratégias e ações que promovam a integridade, a diversidade e a justiça social, garantindo direitos e oportunidades iguais a todos os grupos socialmente vulnerabilizados e minorizados.

Por fim, ressalta-se que fortalecer o debate acerca dos marcadores sociais da diferença para o reconhecimento das desigualdades construídas é fundamental para a construção de uma sociedade equitativa, democrática e plural. A transformação social exige o compromisso de todos os setores da sociedade na desconstrução de discursos discriminatórios e na implementação de medidas que visem à valorização da diversidade humana e à promoção do respeito às diferenças. Os temas abordados evidenciam a importância de se questionar e transformar as representações sociais para avançar em direção ao reconhecimento da dignidade de todos e de todas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVARENGA, Augusta Tereza de; PHILIPPI JR, Arlindo; SOMMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; FERNANDES, Valdir. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo.; NETO, Antonio J. Silva. (org.) **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011, p. 3-68.



ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 07 dez. 2025.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Los Angeles, v. 10, n. 1. p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2025.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto. A produção social de uma estética padronizada. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz. (org.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social. 2016.

JECKEL-NETO, Emilio Antonio. Tornar-se velho ou ganhar idade: O envelhecimento biológico revisitado. In: NERI. Anita Liberalesso. (org.). **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2025.

LOPES, Pedro; HIGA, Laís Miwa. “Gênero, classe e raça têm deficiência? Histórias e ativismos asiático-brasileiros”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 3, e101151, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CtTzVC5cw6Hmb8J4JvrnnbL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MIRANDA, Aline. Marcadores Sociais: o conceito na construção de políticas públicas. **Centro de Lideranças Públicas**, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://clp.org.br/marcadores-sociais-o-conceito-na-construcao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAJMANOVICH, Denise. **Mirar con nuevos ojos: nuevos paradigmas en la ciência y pensamiento complejo**. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. 200 p.



SCHUCMANI, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, vol. 72, n. spe, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009
Acesso em: 07 dez. 2025.

SILVA, Luciene Maria da. A deficiência como expressão da diferença. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44. p. 111-133. dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/MdZKQkP6rry4RnMMcbCPYkB/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 12 dez. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017.